

2016, UM ANO PARA RENASCER

A Sondagem da Construção, realizada pelo SindusCon-SP desde 1999, chegou ao final de 2015 com recordes indesejados; lideranças do setor apontam medidas para a retomada das atividades

Edney Cielici Dias e Ana Maria Castelo

O que pensam os empresários da construção ao final de um ano de baixíssimo desempenho? Tendo em vista o futuro, quais são as medidas que, de acordo com as lideranças setoriais, devem ser tomadas para que sejam factíveis a retomada das atividades e o crescimento econômico? Este artigo traz contribuições para ajudar a responder essas perguntas.

Deterioração do cenário econômico setorial

A Sondagem da Construção, realizada pelo **SindusCon-SP** desde 1999, chegou ao final de 2015 com recordes indesejados. Os empresários apontam uma atividade setorial extremamente enfraquecida, com dificuldades financeiras altas e custos em elevação, e mostram-se muito pessimistas em relação à retomada dos negócios e da economia. Nunca antes na série histórica da pesquisa a percepção de desempenho da atividade das empresas atingiu patamar tão baixo, com 24 pontos numa escala de 100 – 47% abaixo da média histórica.¹ Trata-se do resultado de uma progressiva deterioração iniciada no final de 2013, mas que se

“Os governos da União, dos Estados e dos Municípios têm que colaborar decisivamente na elevação contínua da produtividade.”

José Romeu Ferraz Neto,
presidente do SindusCon-SP

acentuou fortemente a partir do primeiro trimestre de 2015.

A avaliação negativa em relação à situação corrente contamina também a percepção de futuro. O indicador de perspectivas de desempenho também alcançou sua pior marca desde o início da pesquisa. Outro recorde negativo veio da avaliação financeira: as empresas vêm reportando um crescimento forte das dificuldades nesse quesito, refletindo o cenário de alta dos juros e condições mais restritivas de crédito. O pessimismo em relação à evolução dos custos setoriais nos próximos meses aumentou na comparação com o resultado observado há 12 meses, mas ainda está acima do piso observado em 2008.

O resultado mais baixo apurado na sondagem foi o indicador que avalia as expectativas de crescimento da economia, que ficou 80% abaixo da média histórica, atingindo 15 pontos numa escala de 100. As últimas revisões realizadas pela maioria dos analistas para o PIB de 2015 e 2016 corroboram o inédito pessimismo setorial em relação à atividade econômica.

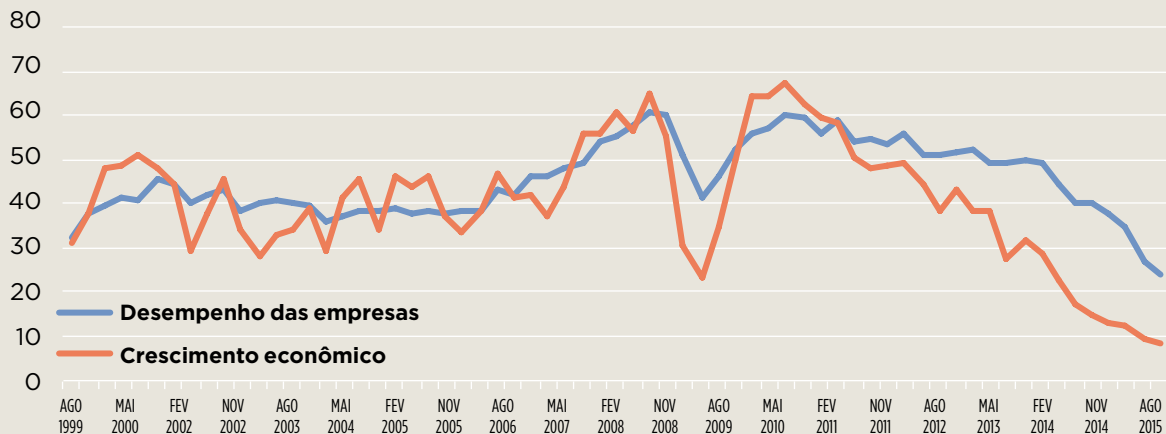
Visão de questões estratégicas

A sondagem de novembro trouxe também a percepção dos empresários em relação a questões estratégicas, como a visão sobre políticas públicas e expectativas de médio e longo prazo.

No que diz respeito à adoção de novas tecnologias ou aos investimentos em máquinas e equipamentos, a maioria revelou baixa disposição de realizá-los em 2016. No entanto as empresas indicaram intenção de promover mudanças organizacionais, o que pode envolver alterações relevantes de quadros, alteração de governança, do número de setores/departamentos, no relacionamento com investidores. Outra estratégia de enfrentamento da crise bem considerada

¹ Isso significa que, ao longo dos anos da Sondagem, a expectativa média de desempenho foi 45 em uma escala de 0 a 100.

SONDAGEM DA CONSTRUÇÃO - PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS



	Brasil		São Paulo	
	2015	2014	2015	2014
Desempenho da empresa	24,0	40,1	22,8	40,0
Dificuldades financeiras	69,7	59,9	69,8	59,9
Perspectivas de desempenho	25,2	41,4	23,8	41,2
Perspectivas de evolução dos custos	45,4	50,9	45,0	52,0
Condução da política econômica	15,2	17,6	16,1	16,9
Inflação reduzida	15,1	15,0	15,5	14,4
Crescimento econômico	8,4	15,0	8,2	14,2

Os dados estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de "Expectativas de dificuldades financeiras", no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

Percepção de políticas públicas

Reoneração da folha de pagamento	29,42
Redução das contratações do MCMV	47,69
Nova regulação da terceirização	49,56
Investimentos públicos em infraestrutura	52,84
Importância da presença do Estado	61,94
Estímulos do governo	74,28

Estratégias de negócio

Investimento em máquinas e equipamentos	26,47
Investimento em novas tecnologias	40,06
Promoção de mudanças organizacionais	65,46
Mudança de segmento de mercado	74,45

Visão do futuro

Crescimento de médio e longo prazo	47,06
Melhora do ambiente de negócios em 2017	58,28

pelos empresários é a mudança de segmento de mercado.

Ao serem indagados sobre os impactos de recentes mudanças políticas, os empresários indicaram que a volta da oneração da mão de obra terá impactos negativos sobre os negócios. Embora em menor medida, a nova regulação da terceirização também afetará negativamente as empresas.

A redução das contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida, segundo os pesquisados, deve ter grande influência no desempenho das empresas e deprimir ainda mais a atividade. Comparativamente, a redução dos investimentos públicos em infraestrutura terá efeito mais reduzido sobre os negócios, o que provavelmente está relacionado ao perfil das empresas que participam da pesquisa, majoritariamente voltadas para a área de edificações.

A maioria dos empresários indicou a necessidade de novos estímulos governamentais para a retomada da economia – eles veem a presença do Estado como importante para a promoção do crescimento. Por fim, as empresas não se mostram muito confiantes no seu crescimento de médio e longo prazo, embora acreditem em uma melhora no ambiente de negócios a partir de 2017.

Condições prévias para a retomada

Dado o quadro desanimador percebido pelos empresários da construção, quais são os elementos necessários para uma mudança de perspectiva?

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) frisa as pré-condições necessárias para a retomada. “Nós entendemos que enquanto não forem atacados os problemas estruturais do Brasil, tudo será remediado. E está na hora da cirurgia. É preciso conduzir o ajus-

“Os governos devem praticar o planejamento e contratar, pela melhor solução técnico-econômica, os projetos completos, executivos. Se esse procedimento for realmente respeitado, muitas operações Lava-Jato poderão ser evitadas.”

José Roberto Bernasconi,
presidente do Sinaenco.

te fiscal com foco na diminuição dos gastos públicos, priorizando o investimento. O doente não sobreviverá só com remédio. Também temos defendido um esforço efetivo para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, de modo que os empresários tenham condição de retomar os investimentos”, avalia o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Nessa abordagem geral, o Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) aponta a necessidade de uma efetiva mudança nos níveis de confiança no país, o que envolve a resolução da crise institucional, a aprovação de um ajuste fiscal e o estabelecimento de limites para o endividamento público. “Além disso, é imprescindível o monitoramento da sociedade na efetiva aplicação dos recursos da caderneta de poupança e do FGTS, enquanto o cenário econômico não permitir que sejam implantados outros modelos de financiamento para o setor imobiliário”, complementa Claudio Bernardes, presidente do Secovi-SP.

A Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop) defende a redução do tamanho do Estado com a redução dos gastos

com custeio, paralelamente ao enfrentamento do déficit do sistema previdenciário. “No campo setorial, defendemos medidas que garantam maior participação de empresas nos programas de concessões, respeito às regras de mercado, prioridade no pagamento de serviços executados e um planejamento de gastos com obras discutido claramente com o setor”, complementa Luciano Amadio Filho, presidente da Apeop.

Para o estabelecimento de uma agenda positiva

A mudança do atual cenário depende de medidas que efetivamente sinalizem melhora do ambiente de negócios. Para o **SindusCon-SP**, uma das principais é a instituição de um novo marco regulatório para viabilizar parcerias público-privadas e concessões de obras e serviços de infraestrutura. “Isso seria estratégico para viabilizar a participação de capital privado em projetos de grande relevância econômica e alavancadores da economia e do emprego, tais como rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, hidrelétricas, estações de saneamento básico etc. O marco regulatório deveria ensejar projetos executivos com a participação dos órgãos licenciadores desde a fase de sua concepção, além de segurança jurídica para o cumprimento dos contratos. Com isso, mitigam-se riscos e se reduzem custos, abrindo caminho para taxas de retorno de investimento justas”, explica o presidente do **SindusCon-SP**, José Romeu Ferraz Neto.

Esse modelo também daria mais segurança às instituições financeiras para aceitar as receitas futuras dos empreendimentos como garantia para a concessão de crédito. “Essa modalidade, o Finance Project, já se mostrou um sucesso em outros países. Para estimular a participação de pequenas e médias em-

presas, as licitações deveriam sempre permitir a formação de consórcios”, complementa Ferraz Neto.

Outra medida seria, na visão do **SindusCon-SP**, o aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor, de forma a promover equilíbrio entre incorporadoras e construtoras, de um lado, e adquirentes de imóveis, de outro, no caso de dano, o que evitaria seguidas decisões judiciais.

O **SindusCon-SP** ressalta também a relevância de estabelecer fonte perene de financiamento para a habitação de interesse social, a fim de evitar situações como a vivida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida neste ano, com atraso de obras e inviabilização de contratação de novos conjuntos – o que ajudou a agravar o desemprego setorial.

Por melhores projetos e maior capacidade técnica

Para o Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), o governo federal deveria contratar projetos de arquitetura e engenharia para as diversas obras previstas para equacionar os gargalos de infraestrutura. “Este é o momento ideal para isso, pois os projetos exigem a mobilização de recursos financeiros de pequena monta - menos de 5% do custo da obra - e serão extremamente úteis quando o país retomar o crescimento”, avalia José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco.

Este tempo de “vacas magras” seria, dessa forma, aproveitado para o desenvolvimento de projetos que permitiriam a execução de obras de qualidade, com prazos e custos definidos, agregando transparência e evitando a ocorrência de obras inacabadas, orçamentos estourados e atrasos das obras. “Também permitiria a manutenção da competência técnica reunida nas empresas de

“Enquanto não forem atacados os problemas estruturais do Brasil, tudo será remedinho. E está na hora da cirurgia. É preciso conduzir o ajuste fiscal com foco na diminuição dos gastos públicos, priorizando o investimento.”

José Carlos Martins,
presidente da CBIC.

projeto e gerenciamento de obras, que é essencial para a competitividade do país e está sendo desmantelada com a crise”, diz Bernasconi.

Uma agenda de melhoria das contratações de obras públicas, de acordo com o Sinanenco, depende da sequência da discussão e votação pelo Congresso Nacional da reforma e atualização da Lei de Licitações. Essa agenda traria um grande benefício ao país. Nas palavras de Bernasconi: “Os governos devem praticar o planejamento e contratar, pela melhor solução técnico-econômica, os projetos completos, executivos. Se esse procedimento for realmente respeitado, muitas operações Lava-Jato poderão ser evitadas”.

Produtividade em tempos de crise

A produtividade é um tema central para o setor e seu equacionamento torna-se, ao mesmo tempo, mais premente e problemático no atual contexto. Para a CBIC, a chave para o problema pode ser sintetizada em condições que propiciem segurança para o empreendedor. “É preciso um mínimo de previsibilidade, um horizonte de continuidade

de do negócio. Para o empresário, não há nada pior que esse anda-pará que o Brasil vive hoje. Também é preciso atacar de frente a burocracia, responsável por cerca de 12% do valor de venda do imóvel; e modernizar a legislação trabalhista, privilegiando a produtividade”, afirma José Carlos Martins.

Para o **SindusCon-SP**, a queda da atividade deveria ser aproveitada pelas empresas para se atualizar em gestão, BIM (modelagem de informações da construção) e processos construtivos. Nesse sentido, o sindicato prepara uma ampla grade de cursos e seminários em 2016. Paralelamente, está se articulando com as entidades dos trabalhadores para oferecer capacitação aos desempregados.

“Os governos da União, dos Estados e dos Municípios têm que colaborar decisivamente na elevação contínua da produtividade de diversas formas. Deveriam desburocratizar e agilizar os licenciamentos; buscar equacionamentos tributários que estimulem a construção industrializada; exigir gradualmente que os projetos de empreendimentos sejam feitos em BIM; e realizar ações para aumentar a oferta de vagas nos cursos técnicos. Também seria importante que as faculdades de engenharia e arquitetura atualizem seus currículos com conhecimentos sobre BIM, gestão de empreendimentos, construção sustentável, normas técnicas, saúde e segurança do trabalho”, pondera Ferraz Neto.

Por fim, cabe resumir que 2016 é um ano para ser reconstruído dos escombros do ceticismo, com medidas que tenham credibilidade e que se reflitam na criação de oportunidades, na melhora do ambiente de negócios e na consequente reversão de expectativas.